



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA
SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE CONTROLE DO DESMATAMENTO E ORDENAMENTO
AMBIENTAL TERRITORIAL
DEPARTAMENTO DE POLÍTICAS DE CONTROLE DO DESMATAMENTO E INCÊNDIOS
COORDENAÇÃO-GERAL DE POLÍTICAS PARA O MANEJO INTEGRADO DO FOGO

ATA DE REUNIÃO

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ NACIONAL DE MANEJO INTEGRADO DO FOGO (COMIF)

Data: 9 de abril de 2025

Horário: Início às 14h30

Local: Reunião híbrida (presencial e online)

MEMBROS PRESENTES

André Lima (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima)

Adriano Santiago (Casa Civil)

Clecivaldo Ribeiro (Ministério da Agricultura e Pecuária – MAPA)

Oswaldo Luiz Leal de Moraes (Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI)

Harley Angelo de Moraes (Ministério da Defesa – MD)

Moisés Savian (Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar – MDA)

Camila Kuhl Pintarelli (Ministério da Justiça e Segurança Pública – MJSP)

Bruno da Silva (Ministério dos Povos Indígenas – MPI)

Iara Vasco Ferreira (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio)

Rodrigo Agostinho (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA)

Quelyson Souza de Lima (Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente – ABEMA – Acre)

Kauê Gonçalves Grecco (ABEMA – São Paulo)

Rodrigo Bueno Belo (ABEMA – Minas Gerais)

Mauren Lazaretti (ABEMA – Mato Grosso)

José Volnei Bisognin (ABEMA – Paraná)

Carolina Schubart (ABEMA – Distrito Federal)

Marçal Fortes Silveira Cavalcanti (Associação Nacional de Órgãos Municipais de Meio Ambiente – ANAMMA)

Rogério Menezes (ANAMMA)

Gabriel Franco Chaskelmann (Rede Nacional de Brigadas Voluntárias – RNBV)

Rafael Hartmann Gava (RNBV)

Rodrigo Justus (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA)

Raul Zoche (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG)

Beatriz Marques de Lima (Ecovida – representante de povos e comunidades tradicionais)

1. ABERTURA

A reunião foi aberta pelo Secretário Nacional de Controle do Desmatamento e Ordenamento Territorial Ambiental do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, André Lima, que presidiu os trabalhos.

Ele deu boas-vindas aos participantes e destacou que, em menos de cinco meses, o COMIF realizou cinco reuniões (três ordinárias e duas extraordinárias), o que demonstra o alto nível de comprometimento do Comitê com a implementação da Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo.

Relembrou as ações recentes do governo federal, como a visita da comitiva do MMA aos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, que resultou em alinhamentos importantes sobre o enfrentamento aos incêndios florestais no Pantanal. Também mencionou a realização do Seminário Internacional sobre Manejo Integrado do Fogo, que ocorreu em Corumbá, com a presença de especialistas dos Estados Unidos, de Portugal, da África do Sul e diversos representantes da sociedade civil e da comunidade científica. Destacou que o seminário foi muito bem-sucedido e fortaleceu a atuação internacional do Brasil na agenda de manejo do fogo.

André Lima registrou ainda que a Sala de Situação Ministerial estava em processo de instalação e que novas ações de monitoramento seriam implementadas em breve. Finalizou sua fala inicial reforçando a importância da articulação entre os entes federativos para garantir a prevenção e o controle de incêndios florestais, agradecendo o empenho de todos os presentes.

2. VERIFICAÇÃO DE QUÓRUM

Foi realizada a chamada nominal dos membros titulares e suplentes.

Constatada a presença de 21 representantes com direito a voto, foi confirmado o quórum para deliberação conforme o regimento do COMIF.

3. APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR

O Presidente, Secretário André Lima, submeteu à apreciação dos presentes a Ata da 2ª Reunião Extraordinária do COMIF, realizada em 26 de fevereiro de 2025.

Ata foi **aprovada por unanimidade**.

4. ORDEM DO DIA

4.1. Apresentação da Minuta de Resolução sobre Termo de Adesão e Compromisso para Queima Controlada

A Secretária de Estado de Meio Ambiente de Mato Grosso, Mauren Lazzaretti (ABEMA), apresentou a minuta da resolução elaborada pela ABEMA sobre o termo de adesão e compromisso para autorização da queima controlada. Explicou que a proposta foi construída em resposta à demanda de simplificação do processo de autorização de queima, sem abrir mão do controle ambiental.

Mauren ressaltou que a proposta abrange critérios como: imóvel com CAR ativo, sem embargo, fora de Unidade de Conservação e em raio mínimo de 10 km de Terras Indígenas. A área máxima da queima autorizada seria de até 200 hectares, com possibilidade de renovação. O prazo da autorização, conforme previsto na minuta, seria de 24 meses prorrogáveis por 12.

Ela destacou ainda que a proposta foi construída com base em experiências estaduais e buscando uma padronização nacional, respeitando particularidades locais. Enfatizou que a minuta é apenas o ponto de partida e está aberta a sugestões dos membros do COMIF.

4.2. Manifestação dos Membros do COMIF

Rogério Menezes (ANAMMA) manifestou-se elogiando o esforço da ABEMA em elaborar a minuta. Sugeriu, no entanto, a inclusão das zonas de amortecimento das Unidades de Conservação como áreas restritivas para a aplicação do termo de adesão. Ressaltou que, em muitos casos, essas zonas são tão vulneráveis quanto as áreas-núcleo e que não podem ficar de fora da regulamentação. Destacou a importância de garantir salvaguardas para áreas sensíveis.

Christian Berlinck (MMA) agradeceu à ABEMA pela apresentação e reconheceu o avanço que a minuta representava. Reforçou a importância de o COMIF entregar ao CONAMA um texto tecnicamente consistente. Sugeriu atenção ao limite de 200 hectares para autorização de queima, argumentando que, dependendo do estado, esse número pode ser excessivo ou insuficiente. Propôs o uso de critérios que levem em conta o número de módulos fiscais. Manifestou preocupação com áreas de propriedade privada dentro de Unidades de Conservação federais e recomendou que isso constasse expressamente na minuta. Por fim, sugeriu aprimoramentos na integração da ferramenta com o SISFOGO.

Gabriel Franco Chaskelmann (RNBV) elogiou a minuta apresentada e trouxe contribuições específicas: propôs que o termo de adesão preveja compromissos claros do solicitante, como o respeito a condições climáticas adequadas, horários específicos para queima e a adoção de boas práticas. Sugeriu que o prazo de validade da autorização seja reduzido, propondo um prazo de 12 meses, para forçar a renovação anual e aumentar o controle. Ressaltou que os brigadistas voluntários enfrentam diretamente os impactos de queimadas mal conduzidas e reforçou a necessidade de compromissos claros.

Raul Zoche (CONTAG) registrou apoio à proposta, mas sugeriu que o critério de área máxima para adesão fosse baseado no módulo fiscal, e não em uma metragem fixa de hectares. Argumentou que o módulo fiscal é um critério mais adequado à realidade da agricultura familiar e já utilizado por diversas políticas públicas. Alertou que a fixação em hectares poderia excluir injustamente agricultores em determinadas regiões.

Iara Vasco Ferreira (ICMBio) agradeceu o esforço coletivo na elaboração da minuta. Reforçou que o ICMBio acompanha de perto o impacto das queimadas mal conduzidas sobre a biodiversidade. Alertou que a regulamentação deve deixar claro que é vedado o fracionamento artificial de propriedades para se enquadrar no critério de área máxima. Também manifestou preocupação com o uso do fogo em áreas de vegetação nativa em regeneração, mesmo quando alegadamente para pastoreio. Sugeriu o uso de salvaguardas para esses casos.

João Paulo Morita (ICMBio) complementou a fala de Iara. Reforçou a importância de coibir o fracionamento de áreas para burlar a regulamentação. Disse que a intenção da norma não pode ser desvirtuada por interpretações que favoreçam a expansão do uso do fogo sem controle técnico. Ressaltou a importância de se manter uma base de dados integrada entre os órgãos federais e estaduais.

Marçal Fortes Cavalcanti (ANAMMA) parabenizou o trabalho da ABEMA e solicitou que a resolução contenha dispositivo que assegure o envolvimento dos órgãos municipais do SISNAMA na autorização e fiscalização das queimas, especialmente nos municípios onde há estrutura técnica ambiental. Argumentou que os municípios podem e devem ser protagonistas no processo de prevenção e controle.

Rodrigo Justus (CNA) declarou que a Confederação apoia a proposta da ABEMA e considera o termo de adesão um instrumento que trará mais segurança jurídica e agilidade aos produtores. Reforçou que muitos produtores precisam de previsibilidade e prazos claros para realizar atividades com uso do fogo de forma controlada. Ressaltou que o combate às queimadas ilegais não pode penalizar quem cumpre a lei.

Gabriel Franco Chaskelmann (RNBV) voltou a se manifestar sugerindo que a resolução fosse uma norma conjunta entre COMIF e CONAMA, com o objetivo de fortalecer institucionalmente o papel do Comitê. Entretanto, o Secretário André Lima informou que, conforme o regimento interno do CONAMA, não é possível edição de norma conjunta com outro colegiado. Sugeriu que o COMIF aprove uma recomendação ao CONAMA, nos moldes das resoluções já aprovadas, para que a minuta seja analisada formalmente pelo Conselho.

4.3 Encaminhamento do Item 4.1

A Secretária Mauren Lazzaretti (ABEMA) agradeceu as contribuições dos membros e reforçou que a minuta está aberta a ajustes. Propôs o seguinte encaminhamento:

As sugestões ao texto serão consolidadas e uma nova versão da minuta será enviada a todos os membros do COMIF;

Formar um Grupo de Trabalho (GT) com representantes indicados para revisar e ajustar o texto. Caso se alcance consenso no GT, o texto será submetido à apreciação do plenário por meio eletrônico e, se aprovado, seguirá como **Recomendação formal do COMIF ao CONAMA**; Caso não haja consenso, a minuta voltará para deliberação presencial na próxima reunião ordinária do Comitê.

A proposta de encaminhamento foi aceita por todos os membros presentes.

4.4. Proposta de Criação da Câmara Técnica Permanente de Articulação Interfederativa

O Presidente, Secretário André Lima, apresentou a proposta de criação de uma **Câmara Técnica Permanente de Articulação Interfederativa** no âmbito do COMIF. Explicou que essa instância terá o objetivo de fortalecer o diálogo e a articulação institucional entre os entes federativos (União, Estados e Municípios), promovendo maior integração para implementação das políticas de manejo integrado do fogo.

André Lima destacou que essa Câmara será um espaço permanente, complementar às estruturas já existentes, como o CIMAN Nacional (voltado à operação e resposta). A nova Câmara permitirá avançar em medidas de natureza institucional e política, com foco em coordenação estratégica, financiamento, e fortalecimento das capacidades locais.

A proposta foi **acolhida positivamente por unanimidade**, com destaque para manifestações de apoio de representantes da ABEMA, ANAMMA, CONTAG e ICMBio.

5. INFORMES

5.1. Instalação da Sala de Situação Interministerial

O Secretário André Lima informou que o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima está finalizando a instalação da **Sala de Situação Interministerial**, que permitirá o monitoramento em tempo real da temporada de incêndios em 2025, com participação de diversos órgãos do governo federal.

5.2. Projetos aprovados pelo Fundo Amazônia e BNDES

Foi informado que dois projetos estaduais foram aprovados no âmbito do Fundo Amazônia e do BNDES: um do Estado do Maranhão e outro do Pará. Ambos receberão até R\$ 45 milhões em recursos para ações de prevenção, preparação e combate aos incêndios florestais.

5.3. Comunicação e Educação para o Manejo Integrado do Fogo

Informou-se que o GT de Comunicação e Educação já elaborou uma **minuta do Plano Emergencial de Comunicação e Educação para o MIF**, em atendimento à ADPF nº 743. O documento será enviado aos membros para apreciação e sugestões.

5.4. Situação do Pantanal

O Secretário destacou que, apesar do aumento das chuvas nos últimos dias, o cenário climático ainda é preocupante no Pantanal. A previsão de seca severa permanece, e os órgãos ambientais já estão em alerta. Ressaltou a importância das medidas preventivas imediatas nos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

6. ENCERRAMENTO

O Presidente agradeceu a participação de todos os representantes e entidades presentes. Parabenizou o trabalho técnico e político realizado pelo Comitê e reafirmou o papel central do COMIF na articulação nacional para o manejo integrado do fogo.

Destacou que o avanço do diálogo federativo, a aprovação de instrumentos normativos e o engajamento dos entes são fundamentais para a efetividade das ações em 2025.

Não havendo mais assuntos a tratar, a reunião foi encerrada.

PRÓXIMA REUNIÃO ORDINÁRIA

Data: 6 de agosto de 2025

Horário: 14h30

Local: Reunião híbrida (presencial e online)

